

19 MAR 1991

Dauster discorda de visão pessimista de banqueiros e diz que há avanços

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

"As negociações continuam a avançar", diz o chefe da equipe brasileira na renegociação da dívida externa com o comitê assessor de bancos, embaixador Jório Dauster. "Eu nunca quis fazer previsões numa negociação complexa como esta, e acho que tudo está indo normalmente."

Dauster discorda, assim, da visão ligeiramente pessimista de alguns banqueiros, e está mais próximo da percepção do mercado secundário, que ontem impulsionou o principal título da dívida externa do País, o Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA), acima dos 28 centavos de dólar pela primeira vez desde abril de 1990.

Os banqueiros pessimistas, com acesso ao comitê de bancos, apontam para duas dificuldades ainda

não contornadas: o valor dos juros sobre o bônus que cobrirá a maior parcela dos US\$ 8 bilhões em juros atrasados até dezembro, e o prazo e a carência desses bônus. Em relação ao prazo, em que os banqueiros aceitam nove anos e os brasileiros querem doze, a diferença não é muito grande, o problema aí está na carência.

Mas, em relação aos juros, a distância é considerável. Os banqueiros, de início, queriam a Libor (taxa interbancária de Londres) mais "spread" de um ponto, enquanto o Brasil propunha uma complexa taxa variável que começava em torno de 3% e aumentava com o tempo.

A expectativa do mercado é de que o Brasil acabe conseguindo um acordo através do que se chama "Libor Flat", ou seja, a taxa estrita do interbancário de Londres, sem "spread",

mas flutuante conforme o mercado — é possivelmente um "cap", ou seja, um valor máximo que o País pagaria. Isso representaria um seguro contra elevações excessivas na Libor.

O conceito do "cap", de teto de pagamento, não é fácil de vender para os banqueiros. Mas é interessante, porque a Libor, que no momento varia de 6,5 a 6,75%, dependendo do prazo sobre o qual se aplica, já esteve em 18% e mesmo 19% recentemente.

Nos próximos dias ficará claro também que decisão adotou a agência intergovernamental que define as regras para o risco soberano dos bancos dos EUA (Icerc), e que pode forçá-los a descartar entre 15 e 30% de seu portfólio brasileiro. Os bancos mais prejudicados seriam o Citicorp e o Manufacturers Hanover, com suas reservas de apenas um terço da exposi-

ção aos países em desenvolvimento (ver abaixo).

A expectativa geral é de que o Icerc deve degradar novamente o crédito brasileiro nesses bancos, como já fez em 1990, forçando-os então a descartar 20% do portfólio do País. De acordo com um banqueiro ouvido ontem por este jornal, a degradação tende a radicalizar os bancos norte-americanos contra o Brasil porque, tendo sofrido o prejuízo, eles já não teriam muito a perder.

O reflexo dessa radicalização já é visível no comitê pelo comportamento de bancos como o Citicorp, com reservas de 31% contra empréstimos a países em desenvolvimento, e o J.P. Morgan, com reservas de 100%. A posição do Morgan tende a ser mais dura. O embaixador Dauster, porém, vê "muita ficção científica" nessas especulações.